

PLANO DE
GESTÃO DE
RISCOS DE
CORRUPÇÃO
E INFRAÇÕES
CONEXAS

2015

MUNICÍPIO DE SINES



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), criado pela Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro, é uma entidade administrativa independente, que funciona junto do Tribunal de Contas, e desenvolve uma atividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas.

No âmbito da sua atividade, o CPC aprovou uma Recomendação, em 1 de Julho de 2009 (que constitui o Anexo I), sobre “Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas”, nos termos da qual *“Os órgãos máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza, devem, no prazo de 90 dias, elaborar planos de gestão de riscos e infrações conexas.”*

Nos termos da referida Recomendação, aqueles planos devem conter, nomeadamente, os seguintes elementos:

- a) Identificação, relativamente a cada área ou departamento, dos riscos de corrupção e infrações conexas;
- b) Com base na identificação dos riscos, identificação das medidas adotadas que previnam a sua ocorrência (por exemplo, mecanismos de controlo interno, segregação de funções, definição prévia de critérios gerais e abstratos, designadamente na concessão de benefícios públicos e no recurso a especialistas externos, nomeação de júris diferenciados para cada concurso, programação de ações de formação adequada, etc.);
- c) Definição e identificação dos vários responsáveis, envolvidos na gestão do plano, sob a direção do órgão dirigente máximo;
- d) Elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano.

Os serviços públicos são estruturas em que também se verificam riscos de gestão, de todo o tipo, e particularmente riscos de corrupção e infrações conexas.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

Tendo em atenção as considerações antecedentes, a Câmara Municipal de Sines (CMS) consciente de que a corrupção e os riscos conexos são um sério obstáculo ao normal funcionamento das instituições:

- Revelando-se como uma ameaça à democracia;
- Prejudicando a seriedade das relações entre a Administração Pública e os cidadãos;
- Obstando ao desejável desenvolvimento das economias e ao normal funcionamento dos mercados.

Apresenta o seu PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, de acordo com a seguinte estrutura:

- I. Compromisso ético.
- II. Organograma e Identificação dos responsáveis.
- III. Identificação das áreas e atividades, dos riscos de corrupção e infrações conexas, da qualificação da frequência dos riscos, das medidas e dos responsáveis.
- IV. Controlo e monitorização do Plano.

.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS

I. COMPROMISSO ÉTICO

Para além das normas legais aplicáveis, as relações que se estabelecem entre os membros dos órgãos, os trabalhadores e demais colaboradores da Câmara Municipal, bem como no seu contacto com as populações, assentam, nomeadamente, num conjunto de princípios e valores, cujo conteúdo está, em parte, vertido na Carta Ética da Administração Pública, designadamente:

- Integridade, procurando as melhores soluções para o interesse público que se pretende atingir;
- Comportamento profissional;
- Consideração ética nas ações;
- Responsabilidade social;
- Não exercício de atividades externas que possam interferir com o desempenho das suas funções no Município ou criar situações de conflitos de interesses;
- Promoção, em tempo útil, do debate necessário à tomada de decisões;
- Respeito absoluto pelo quadro legal vigente e cumprimento das orientações internas e das disposições regulamentares;
- Manutenção da mais estrita isenção e objetividade;
- Transparência na tomada de decisões e na difusão da informação;
- Publicitação das deliberações municipais e das decisões dos membros dos órgãos;
- Igualdade no tratamento e não discriminação;
- Declaração de qualquer presente ou benefício que possam influenciar a imparcialidade com que exercem as suas funções.

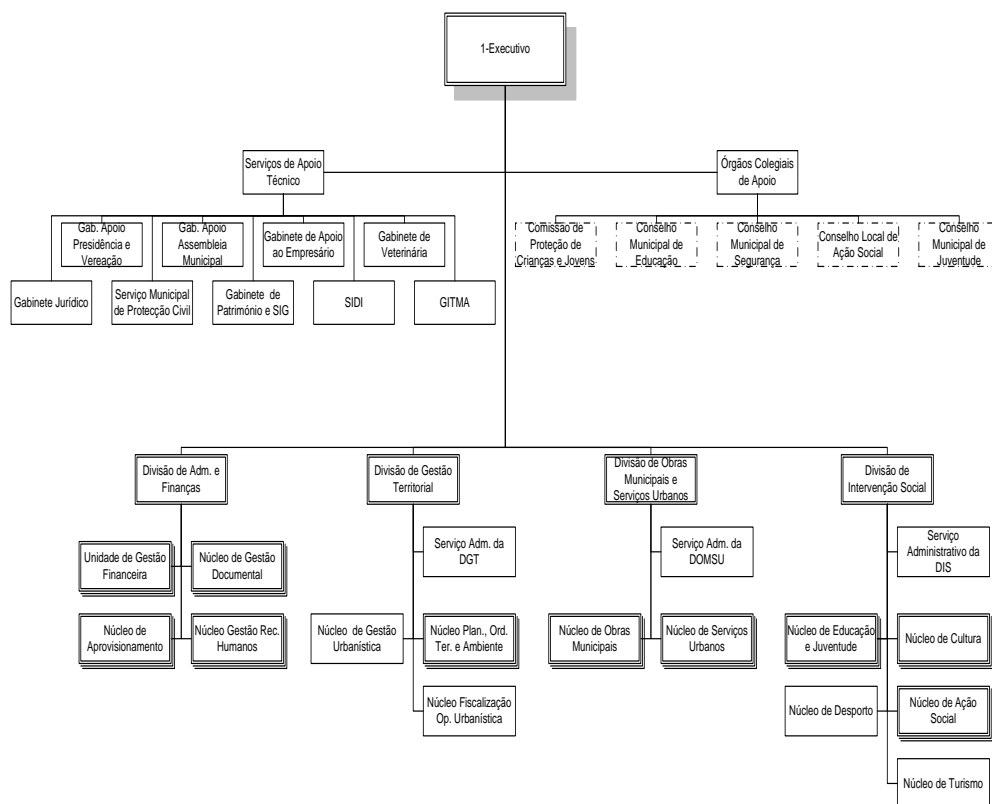


C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

É este compromisso que a organização assume perante a população e perante os trabalhadores e colaboradores da Câmara Municipal de Sines e que norteia toda a atividade municipal, sem prejuízo da incansável procura da excelência.

II. ORGANOGRAMA E IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Os Serviços encontram-se, desde meados de 2014, organizados de acordo com a estrutura orgânica aprovada pelo **Regulamento dos Serviços da Câmara Municipal de Sines**, publicado na 2ª Série do Diário da República nº 6, de 9 de janeiro de 2013, mediante o Despacho nº 564/2013 (que constitui o Anexo II, parte integrante deste Plano), a que corresponde o mapa de pessoal (identificado como Anexo III).





C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

III. IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS E ATIVIDADES, DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DA QUALIFICAÇÃO DA FREQUÊNCIA DOS RISCOS, DAS MEDIDAS E DOS RESPONSÁVEIS

Constituindo-se, a gestão do risco, como uma atividade que assume um caráter transversal a toda a organização, o Plano original (referente ao ano 2010) contou com a colaboração e entrosamento de todos os trabalhadores e colaboradores da Câmara Municipal.

Anualmente, tem sofrido as alterações e adaptações que se têm revelado adequadas e oportunas, tratando-se, consequentemente, num instrumento dinâmico.

A gestão do risco tem por objetivo primordial salvaguardar os mais elementares princípios de um Estado Direito na tomada de decisão, assegurando a sua conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor, com os procedimentos legalmente fixados e com as obrigações contratuais a que a organização está vinculada.

Considerando as dificuldades geradas por um ordenamento jurídico caracterizado pela complexidade causada pela forma como se apresenta (legislação vasta, desarticulada, caracterizada por alterações sistemáticas), a tomada de decisão sofre um acréscimo de risco que, se pretende, deverá ser reduzido a níveis satisfatórios, gerando segurança quer nos decisores quer nos interessados na decisão.

A gestão do risco assume-se, assim, como um processo de análise metódica dos riscos inerentes às atividades de prossecução das atribuições e competências da organização, tendo por objetivo a defesa e proteção de cada interveniente nos diversos processos, salvaguardando-se, assim, o interesse coletivo e dificultando eventuais comportamentos desviantes.

O elemento essencial é, pois, a ideia de risco, que podemos definir como a probabilidade de determinado evento poder ocorrer, gerando um resultado irregular.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

Sendo vários os fatores que levam a que uma atividade tenha maior ou menor risco, a verdade é que existem alguns que o potenciam inequivocamente, destacando-se pela sua importância:

- A competência da gestão, uma vez que uma menor competência da atividade gestonária envolve, necessariamente, um maior risco;
- A idoneidade dos gestores e decisores, com um comprometimento ético e um comportamento rigoroso, que levará a um menor risco;
- A qualidade do sistema de controlo interno e a sua eficácia. Quanto menor a eficácia, maior o risco.

O controlo interno, constitui-se, assim, como uma componente essencial da gestão do risco, funcionando como salvaguarda da retidão da tomada de decisões, uma vez que previne e deteta situações anormais.

Atento o conjunto de atribuições e competências da Autarquia, bem como a sua proximidade com os cidadãos, foi identificado um conjunto de atividades e comportamentos suscetíveis de enfatizarem o risco de cada ação preconizada, bem como o grau de risco que representam e, bem assim, um conjunto de medidas adequadas à minimização / eliminação dos riscos correspondentes e que se encontram elencadas no documento que constitui o Anexo IV a este Plano.

IV. CONTROLO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO

No âmbito do processo de implementação do Plano, a Câmara Municipal procederá a um rigoroso controlo, no sentido de verificar as práticas dos serviços, bem como a sua conformidade com as medidas propostas pelo Plano.

A par dessa verificação será, ainda, confirmado o cronograma de adaptação dos procedimentos e desenvolvimento das medidas previstas pelo Plano, no sentido de reduzir os riscos de corrupção.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

Este controlo e monitorização ficará a cargo do Gabinete Jurídico e da Unidade de Gestão Financeira, em concreto pelos responsáveis dos serviços, designadamente os colaboradores Francisca Ferreira e Ricardo Barbosa, ou por quem os venha substituir.

Nestes termos, os responsáveis pelos serviços ficam obrigados à prestação de informação necessária ao acompanhamento e monitorização do Plano e, bem assim, ao desenvolvimento das atividades / medidas ali fixadas, de forma adequada e eficiente, de modo a permitir a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, garantindo a exatidão dos registos contabilísticos e os procedimentos de controlo a utilizar para atingir os objetivos definidos.

O controlo e monitorização do Plano, remete para a definição lata de auditoria, a qual gravita em torno dos conceitos de exame e análise que conduzem, por sua vez, à emissão de uma opinião, que nos termos do procedimento em apreço assumirá a forma de relatório.

Trata-se de uma função de avaliação que permite avaliar e examinar a atividade da organização e a prossecução do Plano, numa ótica de prestação de um serviço à própria organização e não de uma ação de polícia.

O relatório, a elaborar no final do ano em curso, permitirá, por um lado conhecer a situação real dos procedimentos adotados e, por outro, promover pelas adaptações e reajustes ao Plano que se revelem adequados.

O relatório terá subjacente um procedimento de monitorização, conforme referido, que assentará nas seguintes ações:

1. Análise da informação solicitada aos Serviços;
2. Análise da informação própria;
3. Cruzamento de informações anteriores;
4. Entrevistas aos responsáveis;
5. Simulações;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

O processo de monitorização é uma realidade dinâmica, pelo que, o relatório anual, incidirá preferencialmente sobre a última das realidades afastando-se da factualidade inicial.

Aprovado em reunião de Câmara de 19 de fevereiro de 2015.

ANEXOS:

ANEXO I – Recomendação do CPC, de 1 de julho de 2009;

ANEXO II - Regulamento dos Serviços da Câmara Municipal de Sines;

ANEXO III – Mapa de Pessoal;

ANEXO IV - Identificação das áreas e atividades, dos riscos de corrupção e infrações conexas, da qualificação da frequência dos riscos, das medidas e dos responsáveis

FONTES:

- “Deliberação sobre Avaliação de riscos de corrupção e infrações conexas” e “Questionário sobre a avaliação da Gestão de Riscos”, Março de 2009. Conselho de Prevenção da Corrupção, Tribunal de Contas;
- “Deliberação relativa aos Contratos Públicos e Decreto-Lei nº 34/2009 de 6 de Fevereiro”, Maio de 2009. Conselho de Prevenção da Corrupção, Tribunal de Contas;
- “Relatório Síntese do Questionário sobre a avaliação da gestão de riscos de corrupção e infrações conexas” Julho de 2009. Conselho de prevenção da Corrupção;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

- “Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção sobre os Planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas”, Julho de 2009. Conselho de Prevenção da Corrupção, Tribunal de Contas;
- Guião de boas práticas para a prevenção e combate à corrupção na Administração Pública, no âmbito dos países da CPLP;
- Carta Ética da Administração Pública;
- “Plano-tipo de prevenção dos riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas”, ANMP (2009);
- Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção nº 1/2015, de 07 de janeiro, sobre *Prevenção de riscos de corrupção na contratação pública*;
- Regimes Jurídicos que regulam a atividade municipal.